

A PSICOLOGIA ESCOLAR E O ENSINO DE PSICOLOGIA: DILEMAS E PERSPECTIVAS

Marilene Proença Rebello de Souza

RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir algumas questões relativas à área de Psicologia Escolar e Educacional e sua interface tanto com a atuação do psicólogo na educação, quanto com a docência no Ensino Médio, por meio da disciplina Psicologia. A partir das críticas iniciadas na área da Psicologia Escolar nos anos 1980, considerou-se fundamental compreender as dimensões históricas e sociais da constituição do sujeito psicológico. Essa concepção tem norteadado as ações do psicólogo no campo do ensino de psicologia, construindo novas referências nesta área.

PALAVRAS-CHAVE

Psicologia; Ensino de psicologia; Educação; Psicologia escolar; Psicologia educacional

EDUCATIONAL PSYCHOLOGY AND THE TEACHING OF PSYCHOLOGY: DILEMMAS AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

This text aims at presenting and discussing some issues concerning the area of Educational Psychology and its interaction either with the psychologist in education, or with teaching it high school. From the critics raised in the Psychology area during the 1980s, it was considered fundamental to comprehend the historical and social dimensions of the psychological subject's constitution. This conception has guided the actions of the psychologist in the field of teaching psychology, building new references in this area.

KEYWORDS

Psychology; Teaching psychology; Education; School psychology; Educational psychology

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir algumas questões relativas à área de Psicologia Escolar e Educacional e sua interface tanto com a atuação do psicólogo na educação, quanto com a docência no Ensino Médio, por meio da disciplina Psicologia.

É bastante freqüente ouvirmos a queixa, por parte dos profissionais de Psicologia, de que as atribuições do psicólogo no campo da docência e da atuação profissional muitas vezes se confundem. Ao ser contratado como professor do Ensino Médio, é comum que seja, constantemente solicitado pela direção ou coordenação escolares para atender casos de alunos que apresentem alguma dificuldade no plano da aprendizagem ou das relações escolares, ou ainda, encaminhar alunos para atendimento psicológico ou especializado. Portanto, neste artigo, propomo-nos a apresentar o percurso da área de Psicologia Escolar e da participação do psicólogo no Ensino Médio, com vistas a apresentar alguns subsídios que esclareçam alguns dos aspectos referentes a cada um dos campos de atuação da Psicologia na sua interface com a Educação.

Grosso modo, podemos dizer que a Psicologia Escolar constituiu-se historicamente enquanto uma área de aplicação da psicologia, atendo-se, principalmente às questões referentes aos problemas de aprendizagem, ao aconselhamento psicológico e vocacional, bem como à modificação de comportamentos na sala de aula e treinamento de professores.

É somente a partir do início dos anos 1980 e, mais especificamente, com a Tese de doutorado de Maria Helena Souza Patto, defendida em 1981 e publicada em livro com o título *“Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar”* que tem início a discussão a respeito da formação/atuação profissional do psicólogo escolar. Neste trabalho, Patto (1984) desnudava as principais filiações teóricas das práticas psicológicas levadas a efeito na escola, os métodos que vinha empregando e que centravam na criança a causa dos problemas escolares, à forma restrita como a Psicologia interpretava os fenômenos escolares. Discutia-se a serviço de quê e de quem estaria a Psicologia Escolar e concluía que caminhava pouco a serviço da melhoria da qualidade da escola e dos benefícios que esta escola deveria estar propiciando a todos, em especial, às crianças oriundas das classes populares.

Iniciava-se, portanto, na história da Psicologia Escolar, questionamentos a respeito do papel da Psicologia Escolar, os pressupostos que a norteavam, suas finalidades em relação à escola e àqueles que dela participam.

Dez anos depois, pesquisa nacional foi realizada pelo CFP e publicada no livro “Psicólogo brasileiro: Práticas Emergentes e desafios para a formação”. Com relação à área de Psicologia Escolar, a pesquisa realizada pelo CFP, é realizada e apresentada por Maria Regina Maluf (1994). Neste trabalho, a autora após entrevistar aproximadamente 20 profissionais da área, de vários estados, considera como práticas emergentes aquelas que propiciaram aos psicólogos que as defendem “uma profunda revisão e reformulação dos esquemas conceituais que sustentaram sua formação em Psicologia durante o curso de graduação” e acrescenta que essas mudanças tiveram suas origens em experiências de trabalho junto a escolas, comunidades e instituições de saúde que, de alguma forma, possibilitaram “o contato direto com uma clientela típica, isto é, proveniente de classes populares, que representam a maioria da população brasileira”¹.

Os avanços no fazer psicológico na área de Psicologia Escolar, segundo a pesquisadora, apresentam-se em dois sentidos: na superação da noção unilateral de adaptação da criança ao sistema escolar e na atuação do psicólogo enquanto um profissional independente do corpo administrativo da escola.

As duas maneiras de conceber a atuação do psicólogo vêm no bojo de uma outra compreensão que questiona as concepções de ajustamento da criança à escola, independentemente do tipo de escola que lhe é oferecida, instrumentada por teorias que fazem a crítica aos modelos de avaliação presentes nas queixas escolares, oriundas da Psicometria e da Psicologia Diferencial e que permitam conhecer a “realidade escolar”, explicitando os processos que acontecem intramuros, no dia-a-dia do fazer docente.

Considera que a tarefa do psicólogo é contribuir com o seu conhecimento sobre as relações que se processam na instituição para repensar as relações escolares e as

¹ Maria Regina Maluf, Formação e atuação do psicólogo na educação: dinâmica de transformação, in op. cit, p.166.

subjetividades produzidas nessas relações. Avalia, finalmente, que a mudança de referenciais teóricos na compreensão das questões escolares promove o “desenvolvimento de práticas pedagógicas de melhor qualidade”, em “parceria com o educador”.

Esse movimento de crítica fortaleceu-se no campo da Psicologia Escolar e atualmente podemos considerar que temos, no Brasil, um conjunto de trabalhos de intervenção e de pesquisa que rompem com a culpabilização das crianças, adolescentes e suas famílias pelas dificuldades escolares; constituindo novos instrumentos de avaliação psicológica e de compreensão da queixa escolar; bem como articulando importantes ações no campo da formação de professores e de profissionais de saúde. Atualmente podemos dizer que de fato se constitui uma corrente crítica no campo da Psicologia Escolar, considerando-a como área de estudos da Psicologia, de atuação e de formação do psicólogo que busca compreender o fenômeno educacional como produto das relações que se estabelecem no interior da escola. Escola essa atravessada pelas políticas educacionais, pela história local de sua constituição enquanto instituição e enquanto referência educacional e de aquisição de conhecimento, pelos sujeitos que a constituem e nela se constituem.

Mas, se por um lado, a discussão no campo acadêmico avançou na direção de uma psicologia escolar crítica, no âmbito da formação profissional, esta discussão precisa ainda ser ampliada. É fundamental que criemos cada vez mais espaços de crítica, de discussão para construirmos propostas de atuação no campo da Psicologia na sua interface com a Educação que venha se ampliar para além dos muros da escola.

Essa tem sido uma importante tendência que temos acompanhado. A psicologia se amplia para sua dimensão educativa e passa a se fazer presente nos mais diversos campos educacionais: na área da Criança e do Adolescente, atuando com projetos de inclusão social, planejamento de ações comunitárias e sociais, de ação junto a jovens em liberdade assistida; em programas na área do idoso, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e DST/AIDs, no campo de programas governamentais e não governamentais de formação de educadores, nos órgãos de Controle Social, Fóruns Estaduais e Nacional, dentre outros. Pudemos constatar a presença dessa ampliação da atuação da Psicologia na interface com a Educação, na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. Psicologia e Compromisso

Social e, mais recentemente, em 2004, com a pesquisa encomendada pelo CFP ao IBOPE na qual também se observa esta ampliação das ações do psicólogo no campo educacional.

Mas essa ampliação no campo de atuação na direção da Educação, não poderá se fortalecer se juntamente com ela não vierem as bases teóricas para a construção de uma prática de fato informada, qualificada e crítica. Precisamos trabalhar estar sempre atentos para responder às finalidades do trabalho que vimos desenvolvendo, discutindo e analisando porque e para quê realizar uma determinada intervenção ou ação, sob pena de nos transformarmos em animadores ou educadores sociais ou técnicos qualificados, perdendo as especificidades do conhecimento psicológico a serviço da educação.

E o Ensino de Psicologia? Este é um espaço eminentemente de formação, de socialização do conhecimento acumulado no campo da Psicologia, de reflexão sobre a constituição da subjetividade humana. Ao adentrarmos ao campo do Ensino da Psicologia, estamos possibilitando estudar a complexidade da formação do ser humano, do que nos permite construir a cultura, os valores, os sentimentos, os sentidos e os significados, que nos permitem interpretar o mundo que está a nossa volta. Desnaturalizando o estabelecido, mostrando sua dimensão histórico-social, analisando as relações de poder, de constituição das instituições, incluindo a escola, as relações sociais que nela se estabelecem. Embora estejamos hoje tratando da Psicologia no Ensino Médio, quando se trata de Ensino de Psicologia, lato sensu, estamos nos referindo também às Licenciaturas, aos cursos de formação em Nível Superior em que a Psicologia se faz presente. O trabalho do psicólogo no Ensino, não é um trabalho de intervenção psicológica, mas sim de problematizar e discutir questões que são, de alguma maneira, objeto de estudo da Psicologia enquanto campo de atuação e de conhecimento.

Nesse sentido, embora as finalidades de ambas as áreas de aplicação possam ser comuns, a saber, melhoria da qualidade da educação, melhoria da qualidade de vida, atuação na direção da humanização, os objetos são distintos, quer no campo da Psicologia Escolar, quer no Ensino de Psicologia.

Os Conselhos de Psicologia, no que tange ao Ensino Médio, tem acolhido as demandas dos psicólogos que atuam nesta área, por meio de apoio, juntamente com o Sindicato e a APEOESP para a manutenção da disciplina Psicologia no Ensino Médio, bem

como problematizado os conteúdos a serem ministrados nessas disciplinas. Analisando documentos produzidos no Conselho, podemos observar essa trajetória.

Eu pude participar de um dos primeiros grupos de trabalho sobre o Ensino Médio, no CRP-06, no início dos anos 1980, juntamente com o Sérgio Leite, Carlos Ladeia e Yvonne Khouri, que se propôs a iniciar esta discussão com os psicólogos que atuavam no ensino de Psicologia. Nesta ocasião, conseguimos que houvesse concurso de efetivação de professores de Psicologia na Secretaria do Estado da Educação, concurso esse que foi realizado em 1986. A efetivação não era apenas uma regularização importante para professores que se encontravam com contratos precários de trabalho, sem nenhum direito trabalhista, mas sim uma oficialização da presença da Psicologia no então ensino de segundo grau. Esta discussão deu-se no bojo do processo de abertura política brasileira. Em 1983, elegemos democraticamente, por meio do voto o Governo do Estado, depois de quase 20 anos de ditadura militar. As disciplinas representadas pela Filosofia, Psicologia e Sociologia ocupavam um lugar político de destaque na formação dos jovens, até então feita pela disciplina denominada “OSPB – Organização Social e Política Brasileira”, braço ideológico da ditadura militar no campo educacional, em muitas escolas ministradas por militares ou simpatizantes do regime que defendia, dentre outros temas, a chamada Doutrina de Segurança Nacional. (A título de exemplo, havia uma disciplina correlata no Ensino de Primeiro Grau, de 5ª. A 8ª séries, denominava-se “Educação Moral e Cívica”). Também em 1986, o CRP-06 e o Sindicato dos Psicólogos, publicaram pela editora Edicon o livro “Psicologia no Ensino de 2º. Grau – Uma proposta Emancipadora”, referência para a formação neste nível de ensino.

Em 1996, temos a promulgação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que retira as disciplinas Psicologia, Sociologia e Filosofia do Núcleo Comum das Disciplinas. Novamente tem-se o retrocesso curricular, retirando as disciplinas que questionam e problematizam o indivíduo e a sociedade, com a justificativa de que não havia professores suficientes no Brasil para ministrá-las.

Em 2000, o CFP-06, enviou ofício ao Senador José Fogaça, então relator da CCJC do PLC 009/00 para que pudesse incluir a disciplina de Psicologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio. Mas essa inclusão não foi acatada. Assim, esse movimento

ainda precisa acontecer no Plano Federal, plano em que essa conquista precisaria ainda se realizar. O processo ainda encontra-se tramitando no Congresso. Este ofício, encaminhado ao relator dizia

Novamente é necessário ressaltar que não se defende a psicologização da realidade ou a primazia da Psicologia na busca de soluções para os problemas humanos. Assume-se, no entanto, que a Psicologia, enquanto área que apresenta um dos mais intensos movimentos de produção de conhecimentos tem uma contribuição fundamental para os nossos jovens e está em condições de assumir tal compromisso de forma crítica e coerente. Nossos alunos devem ter a possibilidade de ter acesso a esse conhecimento” (Of. 417/00GG-CFP).

Acredito, portanto, que seja legítimo lutarmos pela inclusão da Psicologia no Ensino Médio, apoiados em uma perspectiva crítica de atuação no campo do Ensino. Creio que temos hoje um conjunto importante de publicações e de reflexões que de fato revelam uma Psicologia atenta para as questões da realidade social brasileira, assumindo um lugar de construção de conhecimento em uma perspectiva histórico-social. Dentre os temas que temos acumulados, no sistema conselhos, por ex., há publicações sobre saúde mental, adolescência, direitos humanos, inclusão. Além de publicações específicas do Sistema Conselhos, com destaque para a Revista Psicologia Ciência e Profissão, Revista Diálogos, dentre outras publicações. Avançamos muito nesses últimos anos e temos ainda muito a avançar, mas precisamos legitimar espaços conquistados socialmente em busca de uma sociedade democrática e menos excludente.

Sem dúvida, esta luta nos remete à melhoria da qualidade da formação nos cursos de Licenciatura, bem como a ampliação da dimensão educativa do trabalho psicológico na formação profissional em Psicologia. Acumulamos um saber que precisa ser partilhado e posto a serviço da formação.

REFERÊNCIAS

MALUF, M. R. Formação e atuação do psicólogo na educação: dinâmica de transformação. In: ACHCAR, R. **Psicólogo brasileiro**: práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo. Email: mprdsouz@usp.br

Recebido em: 25/05/2007
Publicado em: 14/06/2007